

Defensoria

em Revista



www.apadep.org.br | Ano VI - nº 32 - Outubro de 2014

ELEIÇÕES

2014

EDIÇÃO ESPECIAL

Entrevistas dos Candidatos
a Governador e Senador
por São Paulo



Em junho, após sufrágio com ampla participação da carreira, assumimos a nova gestão da Apadep e desde então temos atuado com empenho em diversas frentes e questões associativas de relevância. Com ações e medidas concretas, e prestação de contas aos associados, aos poucos reafirmamos na prática nosso compromisso declarado com a defesa intransigente dos direitos sociais trabalhistas dos Defensores Públicos e o fortalecimento da nossa instituição.

Nos comprometemos a estar ao lado do Defensor e assim o faremos! Por isso, meus caros associados, manteremos a mesma atuação que nos trouxe até aqui e prometemos manter a coerência, que nos é muito cara!

Temos claro que o fortalecimento institucional e a valorização dos defensores públicos envolvem o reconhecimento das nossas autonomias constitucionais, e exigirá de nós empenho e dedicação à efetividade da EC 80/2014 e da conseqüente reforma da LC80/1994. Também nos é cristalina a necessidade de uma atuação independente perante à Administração Superior para convencimento e cobrança de posição sobre as justas lutas que travamos. Por isso, não nos furtaremos em levar adiante nossa missão associativa, pois sabemos que é inviável assegurar o direito à assistência jurídica à população carente descuidando daqueles que dão vida à essa instituição.

Diante desse mister, e justamente na iminência da disputa eleitoral para o cargo de governador e de nossos representantes no Legislativo em âmbito federal e estadual, escolhemos destacar na primeira edição da revista da Apadep sob comando da nova gestão entrevistas realizadas com candidatos ao governo do Estado e ao Senado Federal. Além de contribuir para o debate eleitoral, pretendemos demonstrar aos postulantes a importância do trabalho da Defensoria e reivindicar o engajamento para com a nossa valorização institucional.

Boa leitura!
A Diretoria



Diretoria e Conselho da Apadep - Biênio 2014-2016

EXPEDIENTE

Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) | Distribuída gratuitamente



Presidente
Franciane de Fátima Marques

Vice-Presidente
José Moacyr Doretto Nascimento

Diretoria Administrativa
Fabiana Botelho Zapata

Diretoria Financeira
Anna Cecília Silva Ferreira de Oliveira

Diretoria Jurídica
Rafael de Souza Miranda

Diretoria de Assuntos Legislativos
Marcus Vinicius Ribeiro

**Diretoria de Relações
Institucionais e Comunicação**
Bernardo Faêda e Silva

Diretoria de Articulação Social
Ariane Carolino de Pádua Paschoal

Diretoria de Previdência e Convênios
Patrícia Simeonato

Diretoria de Assuntos do Interior
Octávio Ginez de Almeida Bueno

Diretoria Social e Cultural
Paulo Sérgio Guardia Filho

Jornalista Responsável
Pedro Lucas Oliveira dos Santos
MTB: 0077071/SP

Conselho:
César Augusto Luiz Leonardo

Ana Carolina Minutti
Thiago Santos de Souza

Diagramação
Tony Oliveira

@ FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentários para
imprensa@apadep.org.br
Avenida Liberdade, nº 65 | Cj.303 | CEP: 01503-000
São Paulo / SP | Tel/fax: (11) 3107-3347

ELEIÇÕES 2014

O que pensam e quais as propostas dos candidatos a senador e governador em São Paulo para a Defensoria Pública?"

No próximo dia 5 de outubro, cerca de 32 milhões de paulistas vão às urnas no primeiro turno das eleições de 2014. Maior colégio eleitoral do país, com 22,4% dos 142 milhões de eleitores brasileiros, São Paulo votará para presidente e ainda escolherá seus representantes no Congresso Nacional, no Legislativo estadual e seu governador pelos próximos quatro anos.

Pelo processo eleitoral passam diversos aspectos relevantes para a Defensoria Pública e seus membros, entre elas o crescimento e o fortalecimento da Instituição, bem como as condições para o cumprimento de sua missão constitucional na defesa dos direitos humanos e na prestação de assistência jurídica integral à população mais pobre. Como forma de suscitar o debate e a reflexão,

a Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) enviou perguntas a todos os candidatos a governador e senador por São Paulo. A intenção com as entrevistas é esclarecer ao eleitor como os candidatos se posicionam em relação ao importante trabalho executado pelos defensores públicos em São Paulo e cobrar compromisso com a democratização do acesso à justiça no Estado.

Foram elaboradas quatro perguntas, enfocando a relevância da atuação da Defensoria Pública, a necessidade de expansão dos serviços, a valorização do defensor público e o combate à marginalização e à desigualdade social. O tamanho dos textos e o prazo para envio das respostas foram estabelecidos de forma equânime. A ordem das respostas nas páginas seguintes respeitou a ordem al-

fabética, de acordo com os nomes que constarão nas urnas.

Confira a seguir as entrevistas concedidas, por email, pelos candidatos a governador e senador por São Paulo. Os candidatos a governador Paulo Skaf (PMDB), Wagner Freitas (PCB) e Walter Cigloni (PRTB) não enviaram respostas. Entre os candidatos a senador, Edmilson Costa (PCB), Juraci Garcia (PCO) e Kaká Werá (PV) não responderam.

Leia ainda, ao final, uma entrevista com defensor público e candidato a deputado estadual Adenor Silva.

Desta forma, a Apadep espera dar sua contribuição ao debate eleitoral, tendo sempre em vista o fortalecimento da Defensoria Pública e o combate das diversas injustiças que assolam seus usuários.

PERGUNTAS:

01. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada em 2006 e, desde então, vem sendo reconhecida nacionalmente por seu desempenho. Qual a avaliação do candidato sobre a importância e a atuação da Defensoria Pública, hoje, em São Paulo?

02. A recém aprovada Emenda Constitucional nº 80, de 2014, determinou que as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal deverão contar com número de Defensores Públicos proporcional à efetiva demanda e à respectiva população, estabelecendo um prazo de 08 (oito) anos para que todas as unidades jurisdicionais contem com os serviços da instituição. Quais são os projetos concretos e específicos do candidato e de seu partido para o cumprimento efetivo desse mandamento constitucional?

03. De acordo com a Constituição Federal, a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Nestes termos, e considerando que o Defensor Público tem como missão constitucional, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, de forma integral e gratuita, dos necessitados, ao candidato parece razoável que Defensores Públicos percebam remuneração diversa das demais atores do sistema jurídico nacional?

04. Quais são as medidas concretas que o senhor candidato pretende adotar, caso tenha êxito no processo eleitoral, para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais?



Geraldo Alckmin - PSDB

1. O Governo de São Paulo está com especial atenção no que se refere à Defensoria Pública. Seu serviço de grande relevância, além de garantir assistência integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, tem como objetivos a dignificação da pessoa humana; a redução das desigualdades sociais; a efetividade dos direitos humanos; a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório e a afirmação do Estado Democrático.

2. Nota-se que a Defensoria Pública de São Paulo foi criada bem antes da Emenda Constitucional. Vislumbro que a questão está sendo tratada pelo Governo paulista desde aquela época, com especial atenção, tanto que ela conta hoje com 600 defensores, e serão criados mais 300 cargos. Assim, o órgão reforçará os quadros nas localidades onde existe prioridade de atendimento, com maior índice de exclusão social e adensamento populacional.

3. A Constituição Federal atribuiu tratamento igualitário em relação ao teto remuneratório dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Procuradoria e da Defensoria Pública. É certo que será analisado com muito critério no que se refere à questão remuneratória, vez que a Defensoria Pública, assim como todas as Instituições, tem uma atuação relevante para a sociedade.

4. Estamos trabalhando duro para tonar São Paulo um Estado cada vez melhor. Já derrubados a evasão escolar, alcançamos melhor taxa de alfabetização e integramos o ensino médio ao técnico. Vamos continuar a dar ênfase ao ensino integral. É importante prosseguir o planejamento de valorizar os professores.

A questão da habitação é importantíssima. Levamos a casa própria para mais de 177 mil famílias. A nossa meta é estimular a oferta de casas pela CDHU e expandir o Casa Paulista. Também vamos investir em metro e trem. Hoje nós temos 101 quilômetros em obras e acabamos de assinar o contrato para a construção da Linha 18.

Outro ponto importante é a saúde. Já entregamos nove hospitais novos e vamos entregar mais onze. Também vamos ampliar a rede e valorizar os profissionais.

Por fim, quero ressaltar que São Paulo tem investido pesado na segurança. Apostamos em mais policiais nas ruas. Contratamos 14 mil e medidas de gestão permitiram que outros 12,2 mil estejam nas ruas. Pretendemos agora ampliar o Detecta, programa de videomonitoramento; e o Dejem (Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar), além do combate aos crimes contra a vida e patrimônio e ao tráfico de entorpecente. Enviamos um projeto de lei ao Congresso Nacional para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aumentando de três para oito anos o prazo de internação de menores que cometam crimes hediondos. Temos que acabar com a impunidade.



Gilberto Natalini - PV

1. Nas minhas andanças pelas cidades de São Paulo, tenho notado que o povo, sobretudo o mais humilde e carente de serviços públicos, tem verdadeira sede de Justiça. São pessoas que sofrem com a falta de Justiça, exatamente por comporem a faixa menos aquinhoadada da população. Nesse sentido, a importância da Defensoria Pública é enorme, pois, em muitas situações, representa a única possibilidade para um largo extrato social dispor de acesso

à Justiça.

2. Com os ajustes orçamentários previstos no Plano de Governo do Partido Verde, que será cumprido na íntegra, entendemos ter os meios para atender a demanda constitucional e ampliar o quadro de defensores públicos. Além disso, a implantação de políticas públicas que defendemos terá como consequência a melhoria da qualidade de vida, o que causará importante diminuição na ocorrência de injustiças sociais, proporcionando uma diminuição do número de processos.

3. A Defensoria Pública foi criada há pouco tempo e, como tal, teve seu enquadramento funcional dentro de margens orçamentárias. Comprometo-me a estudar as necessidades da categoria e, dentro das possibilidades financeiras do Estado, salvaguardando a nossa decisão de não aumentar impostos, faremos esforço para viabilizar remuneração à altura do trabalho e da responsabilidade exercida pelos nossos defensores públicos.

4. Sou a favor da capacitação e da geração de empregos, e não do assistencialismo. Minha prioridade é a Educação. Vou promover a geração de renda e emprego pela economia verde e criativa, investindo também em infraestrutura para superar o déficit de moradia, a falta de saneamento e de mobilidade urbana. Trabalharei na perspectiva do desenvolvimento sustentável, e promoverei

cultura e esporte para que adolescentes não sejam vítimas das drogas e do crime. Não defendo cotas raciais, mas sim as sociais e temporárias, e intenso esforço no ensino médio e técnico para que jovens de baixa renda tenham formação adequada, acesso à universidade e bons empregos.



Laércio Benko - PHS

1. A Defensoria Pública, cuja cobertura no Estado de São Paulo vem crescendo anualmente, é fundamental para eliminar da sociedade mais uma tremenda desigualdade social, onde os cidadãos que têm mais recursos financeiros pode se dar ao luxo de contratar um advogado e usufruir o direito universal à defesa. Como advogado, defendo que o governo aumente a cobertura da Defensoria no Estado, já que ainda não há cobertura universal em São Paulo.

2. Sou totalmente favorável a essa emenda constitucional. Em meu governo, caso eleito, me comprometo a realizar novos concursos e prover nosso Estado de defensores públicos em sua totalidade. Também dotarei a Defensoria de um orçamento próprio com recursos do Estado.

3. Nós devemos dar o mesmo tratamento para o tripé da Justiça (acusação, defesa e juiz), já que os três são essenciais para garantir os direitos dos cidadãos. Para isso, é necessário equiparar salários e benefícios no Estado de São Paulo.

4. Erradicar a pobreza e a marginalização só

é possível provendo o cidadão de qualidade de vida. Meu programa de governo é composto de quatro eixos programáticos que visam garantir ações coordenadas e integradas. Terei apenas quatro secretarias de governo:

I – Gestão pública: qualidade no serviço público, foco no cidadão, desburocratização, ética e transparência serão a essência da gestão pública de nosso governo; **II – Qualidade de vida:** oferecer serviço público de qualidade em educação, saúde, mobilidade urbana, habitação, saneamento, esporte e cultura; **III – Desenvolvimento sustentável:** queremos um Estado mais sustentável com o foco em três áreas: ambiental, social e econômico/governança. Promover o desenvolvimento da economia com uso eficiente de recursos naturais e adoção de tecnologias inteligentes de produção, com uso de energias renováveis (eólico, solar e biomassa). Diminuir a desigualdade social, estimulando a economia criativa por meio do desenvolvimento de incubadoras de negócios sociais. **IV – Segurança pública:** todo cidadão tem o direito à vida, à liberdade de ir e vir, independente de sua condição social, gênero ou raça. A segurança será pensada a longo prazo, além do mandato

de quatro anos. O objetivo maior das ações é caminhar em direção a um estado pacífico e comprometido com o bem-estar social.



Maringoni - PSOL

1. A Defensoria Pública é fundamental no desempenho do papel do Estado junto à população mais carente, haja vista que tem sido um órgão primordial no atendimento ao cidadão e a cidadã, que normalmente estão desprovidos de assistência jurídica e de acesso ao poder Judiciário.

2. Dentro da destinação dos recursos para o poder Judiciário no orçamento do Estado, que deverá ter orçamento autônomo e garantido a partir da arrecadação orçamentária, devemos incrementar uma rubrica específica para a Defensoria Pública e dotá-la de autonomia administrativa e capacidade operacional com quadro próprio de funcionários com o devido plano de carreira. Além disso, ampliarmos a estrutura física da Defensoria para o apoio jurídico social com auxílio de outros profissionais, como psicólogo e assistentes sociais para suporte do trabalho do defensor, independente da estrutura do judiciário.

3. O Defensor Público deve ser reconhecido como um profissional do sistema jurídico com prerrogativas de independência e autonomia. Sua remuneração devem ser equivalentes aos demais profissionais da justiça tais como juiz e promotor, haja vista o seu papel de defesa da sociedade carente.

4. A erradicação da pobreza e das desigualdades sociais somente será possível dentro de um combate nacional da reforma tributária, taxação das grandes fortunas, investimento em educação e cultura. No entanto, a erradi-

cação da marginalização também passa pelo governo construir mecanismos de inclusão social com a reforma urbana, enfrentar a segregação social urbana, criar centros de integração na periferia com esporte e lazer e cuidando dos dependentes químicos, ampliando as casas de amparo aos desamparados socialmente.



Padilha - PT

1. A Defensoria Pública é uma conquista histórica da sociedade brasileira, reconhecida pela Constituição de 1988 e tardiamente implantada pelo governo tucano no Estado de São Paulo. Como governador, vou garantir a autonomia funcional dos defensores públicos e ampliar os recursos para que a Defensoria Pública esteja nos mais longínquos redutos paulistas, atendendo a população carente do Estado e levando cidadania a todos.

2. O PT tem um compromisso histórico com a universalização dos Direitos Humanos, com a promoção da Cidadania e a garantia da pluralidade de gênero, raça, religião e orientação sexual característica do povo paulista. Acreditamos que uma Defensoria Pública forte e autônoma é instrumento fundamental para garantir o amplo acesso da população à Justiça. Diferentemente do governo do PSDB, que protelou ao máximo a implantação da Defensoria Pública estadual, o meu Governo irá dar os recursos necessários para que a Defensoria Pública Estadual amplie seus quadros técnicos, cumprindo a EC 80 e disponibilizando seus serviços para além dos 41 municípios atendidos atualmente.

3. Não. Os Defensores públicos devem ter sua remuneração equiparada a outros atores do sistema jurídico. No Estado de São Paulo, sustentamos que sua remuneração deva ser compatível com a remuneração dos Procuradores do Estado.

4. Estimularemos o desenvolvimento sustentável e o crescimento da economia do

Estado, principalmente na base da pirâmide social. Assumiremos um novo modelo de desenvolvimento no qual os ganhos e os benefícios do crescimento econômico sejam apropriados por toda a população, servindo também como elementos capazes de nos posicionar na fronteira mais inovadora e produtiva na indústria, agricultura, aquicultura, pesca, serviços, turismo e indústria criativa. Democratizar as oportunidades e valorizar a produção e a circulação de bens materiais e imateriais são princípios fundamentais. Além disso, a educação pública de qualidade é a base para um Estado com oportunidades para todos. Vou acabar com a progressão automática; criar os CEUs (Centro Educacional Unificado) da Juventude no Estado de São Paulo para os ensinos Fundamental II e Médio; reforçar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego com a criação do Pronatec Paulista; e criar a Academia do Professor e do Gestor, em parceria com as universidades de gestão tripartite – profissionais da educação, Universidades e SEESP – para formação inicial e continuada dos docentes e gestores da educação básica do Estado.



Raimundo Sena - PCO

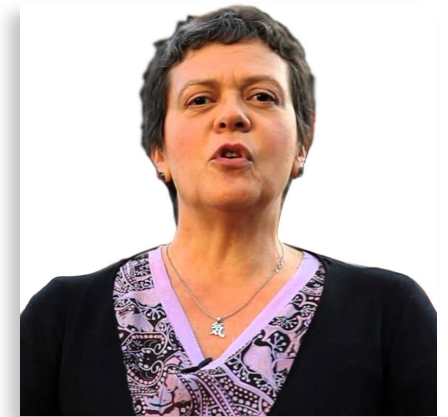
1. A Defensoria Pública é muito importante, no entanto, está longe de atender a demanda da população. Uma vez que não há defensores suficientes e os valores pagos aos advogados dativos que ajudam, na prática, na defesa dos menos favorecidos são irrisórios.

2. Acabar com a distorção existente nos estados do Sudeste, principalmente, onde o número de defensores é ínfimo. É preciso abertura de concurso para a contratação em larga escala de defensores em todo o país. E criação de um fórum democrático do setor para deliberar sobre a organização da Defensoria em rápido período e pressionar o poder público para que efetivamente as demandas sejam atendidas.

3. Não, trata-se de absurdo do sistema jurídico brasileiro que impõe aos menos favorecidos uma defesa com piores condições para trabalhar. É evidente que o salário dos defensores deveria acompanhar os salários dos promotores públicos, pois não há motivo para que a defesa ganhe menos para prestar o mais importante serviço de defesa da população.

4. O PCO tem um conjunto de propostas que visa atender as demandas mais básicas da população pobre e trabalhadora como a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem a redução dos salários,

visando aumentar o número de vagas de emprego com as horas excedentes; a defesa de um salário mínimo de R\$ 3.500,00 para que o trabalhador e sua família possam ter o básico de suas necessidades atendidas; a estatização de todo o sistema público de saúde, educação, transporte e demais áreas sociais, para que a população pobre não tenha que pagar por direitos básicos que o Estado deveria conceder; entre outras.



Ana Luíza - PSTU

1. Embora seja a 7ª economia do mundo, o Brasil é um país com enorme concentração de riqueza. Diante a uma situação de litígio a grande maioria da população não tem condições de enfrentar o poder econômico. A luta pelo direito à justiça no país é uma luta entre desiguais. As empresas têm exércitos de advogados muito bem pagos para impor sua vontade ou conseguir acordos parciais tremendamente vantajosos. São trabalhadores, aposentados, clientes de empresas, consumidores, sem tetos, etc. Que veem seus direitos atacados e é nesse contexto que o papel da Defensoria Pública é determinante, na maioria das vezes é a única forma que a maioria da população tem para defender-se.

2. No entanto, um serviço tão importante em uma sociedade desigual, não tem quadro suficiente para a demanda dos que buscam por justiça. Só há Defensoria em 28% das comarcas do país, essa situação, além de deixar descoberta maioria do território, sobrecarrega tremendamente os defensores. A Emenda Constitucional nº 80 é uma con-

quista importante, mas, para que não seja letra morta, é necessário que seja destinado recursos suficientes e com total independência financeira, sem risco de contingenciamento. Se não houver independência da Defensoria, a sua autonomia e capacidade de ação estará ameaçada.

O veto da presidente Dilma ao PLP 114 no final de dezembro de 2012, PLP que regulamentava a autonomia da Defensoria e lhe garante 2% da receita dos estados, é uma política que restringe o atendimento aos mais necessitados para aumentar o superávit para enviar recursos para os banqueiros.

3. Como todo serviço público, o trabalho da Defensoria é garantido pelos seus funcionários e é inadmissível que seja tratado de forma desigual para com os outros membros do sistema judiciário. A isonomia com o conjunto do judiciário é condição básica para dignificar o Defensor público.

4. É possível acabar com a pobreza e o primeiro passo é a valorização do salário mínimo, que hoje, pelos cálculos do Dieese, é 25%

do que deveria ser. Há que taxar as grandes fortunas e impor impostos sobre o direito de herança. Há necessidade de fazer a reforma agrária nas terras ociosas e acabar com a especulação imobiliária.



Eduardo Suplicy - PT

1. Pela forma com que tenho desempenhado a função de Senador da República, estabeleci um contato estreito com a Defensoria de meu Estado. Minha linha de atuação como parlamentar é a busca da justiça social, a luta por uma distribuição de renda mais equilibrada e a formação de um capital humano mais aperfeiçoado. Essa forma de atuar me aproximou da Defensoria Pública e me fez compreender o seu trabalho profícuo. Essa impressão, não a retirei de jornais, mas do contato diuturno que tenho feito com os defensores ao longo desses anos.

2. Antes de termos o número de defensores para responder à determinação constitucional, precisamos estabelecer uma unidade da Defensoria Pública em cada município do Estado. Possuímos pouco mais de 700 defensores em atuação apenas em 41 municípios, ou seja, em 604 municípios não há defesa institucional. O Governo Estadual precisa prover no orçamento do Estado os recursos financeiros para o cumprimento dos dispositivos do art. 134 da Constituição da República.

Como Senador, o que tenho feito é atender os pleitos da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal para o provimento de recursos compatíveis às necessidades. Indiretamente, tenho atuado junto aos representantes de meu Partido na Assembleia Legislativa e ao Poder Executivo Estadual, com quem

trabalhei de forma integrada ao longo de meus mandatos de representante do Estado no Senado, a fim de que os anseios da Defensoria Pública do Estado sejam atendidos pelo bem dos hipossuficientes.

3. Quando da discussão do mérito da PEC 4/2014, que alterava o art. 134 da Constituição Federal, o tema da remuneração veio à baila. Apoiei a PEC 4/2014, discursi, votei a favor e comemorei a sua transformação na Emenda Constitucional 80/2014, porque conheço o trabalho do defensor público. Depois da reforma administrativa do Estado, a remuneração do servidor público passou a ser função do mérito e da eficiência qualitativa e quantitativa do trabalho realizado. As defensorias públicas precisam de um patamar de vencimentos iniciais que criem vocações para o ingresso na instituição. Precisam, também, de um bom plano de carreira, que garanta remuneração mais elevada a cada novo posto ocupado.

4. A instituição de uma Renda Básica de Cidadania (RBC), já aprovada pelo voto de todos os partidos políticos e sancionada pelo Presidente Lula, transformando-se na Lei 10.835/2004, é o caminho seguro para reduzir as desigualdades sociais. Como a RBC foi aprovada para ser instituída por etapas, começando pelos mais necessitados, penso que o Programa Bolsa Família é um caminho seguro nesse percurso, pois contempla mais

de 14 milhões de famílias, com renda familiar per capita inferior a R\$ 77. À distribuição de renda tem que seguir uma melhoria na educação de base. Na sequência, a educação com profissionalização é uma estrada balizada para o sucesso do país.



Fernando Lucas - PRP

1. A garantia de acesso à Justiça para todos os cidadãos é de suma importância. Precisamos lembrar sempre uma frase de João Paulo 2º que dizia que justiça tardia é uma forma de injustiça. A Defensoria Pública tem um papel de extrema envergadura no processo democrático brasileiro. Nota-se o enfraquecimento da democracia quando a Justiça não beneficia todos os cidadãos da nação.

2. Nós não temos um projeto específico neste campo, mas temos a disposição de defender as conquistas já efetivadas e vamos lutar, no Parlamento, para que esse prazo de oito anos seja apenas um limite legal e não um limite máximo para o seu cumprimento, exigindo do governo a aceleração na contratação dos Defensores. Como eu disse antes, justiça tardia é uma forma cruel e severa de injustiça.

3. Como senador, assumo o compromisso de lutar, sempre, pela isonomia salarial, respeitando os limites e dispositivos constitucionais.

4. Dentro da competência senatorial penso que medidas concretas passam pela elabo-

ração de projetos afins. O primeiro passo é efetuar um levantamento de todos os projetos que tratam de assuntos correlatos para depois estudar uma forma ou de unificá-los ou de colocar cada um em movimento; ou, ainda, na inexistência de projetos consistentes e exequíveis, poderemos apresentá-los, em consonância com as pastas ministeriais a que pertençam. Não posso, no momento, prometer algo que fuja do âmbito de trabalho do Senador.



Kassab - PSD

1. A Defensoria Pública é uma instituição fundamental para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, pois tem o papel de garantir orientação jurídica à população de bai-

xa renda. Além da manutenção, é importante que, dentro das possibilidades, o governo do Estado possa ampliá-la para que um número maior de pessoas possam ser atendidas e ter os seus direitos assegurados.

2. Eleito senador por São Paulo, vou trabalhar em parceria com o governador do Estado, com a bancada federal, prefeitos e vereadores de todas as regiões do Estado para conseguir mais recursos do governo federal. É fundamental que o nosso Estado, que contribui com mais de 40% da arrecadação federal, tenha uma participação maior na divisão desses recursos, visto que atualmente não recebe mais do 10% do total. Se conseguirmos mudar essa relação, o governo do Estado terá mais recursos para atender as diversas demandas sociais, inclusive para expandir a Defensoria Pública.

3. Acredito que, para exigir bons serviços, é preciso dar, desde as condições econômicas e financeiras permitam, boas condições de trabalho e garantir a melhor remuneração possível para todas as carreiras públicas. Essa questão específica diz respeito ao governo do Estado. Ao senador cabe trabalhar, em Brasília, para que São Paulo tenha mais recursos para atender o maior número de demandas possíveis, inclusive a legítima reivindicação dos defensores públicos.

4. Se conseguirmos, e acredito ser possível,

aumentar a participação de São Paulo e dos demais Estados na arrecadação federal, já será uma grande contribuição para avançar no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Em nossa gestão na Prefeitura de São Paulo, tivemos avanços notáveis nesse sentido. Expandimos a rede de proteção social para todas as regiões da cidade, dobramos o número de albergues para pessoas que vivem nas ruas e intensificamos o trabalho de reinserção social; investimos mais de R\$ 5 bilhões em habitação popular e urbanização de comunidades carentes beneficiando diretamente mais de 200 mil pessoas; criamos serviços de atendimento e tratamento para dependentes químicos; contratamos 6 mil novos médicos, praticamente dobramos o número de unidades de saúde na cidade; e, na educação, foram construídas mais de 300 novas unidades e 150 mil vagas em creches.



José Serra - PSDB

1. A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, tendo como atribuições fundamentais a defesa dos direitos humanos e a responsabilidade de dar concretude aos direitos previstos na Constituição, ao prestar assistência jurídica integral aos necessitados. Sua implantação no Estado de São Paulo tem sido um processo gradual e tem se afirmado de maneira positiva no cenário jurídico paulista e brasileiro, com trabalhos de grande qualidade e reveladores da dedicação de seus integrantes. A garantia de que os necessitados e a população carente tenham a melhor assistência jurídica é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e para assegurar a igualdade de tratamento e oportunidades entre as pessoas.

2. A implantação do efetivo da Defensoria Pública tem sido feita de maneira segura e gradual no Estado de São Paulo, mediante concursos de ingresso respeitados e difíceis. No meu entender, nenhuma instituição pode ser construída de maneira abrupta e açodada, sob pena de ter queda na qualidade do recrutamento e do serviço. Tal ritmo

deverá prosseguir visando o cumprimento do prazo constitucional, devendo a própria Defensoria ter a iniciativa do processo, identificando as necessidades mais urgentes.

3. Os integrantes da Defensoria Pública devem ter remuneração compatível com a relevância do seu trabalho, que deve ser discutida com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo de cada ente federativo.

4. Como Senador de São Paulo pretendo lutar para que o Estado receba verbas federais à altura de sua necessidade, o que não ocorre hoje. São Paulo responde por 42% da arrecadação de tributos federais, mas recebe apenas 10% daquilo que é transferido para estados e municípios pela União. Trata-se de grave injustiça federativa. Se o critério de distribuição seguisse, por exemplo, o da própria população, São Paulo teria direito a, no mínimo, o dobro do que recebe. A educação é essencial para garantir a oportunidade de emprego para todos e redução da desigualdade. Quando fui governador, o ensino técnico foi minha prioridade absoluta. As maiores demandas da sociedade são por saú-

de e educação. Como Senador, lutarei para transformar essa demanda em prioridade de investimentos do Governo Federal. É necessário ainda que o Brasil exerça, na economia mundial, um papel capaz de gerar empregos de boa qualidade e inovações para garantir ao País sua independência política e econômica.



1. A Defensoria Pública é um órgão de extrema importância social, pois presta assistência jurídica gratuita àquelas famílias que, realmente, não têm condições de pagar por esse serviço. Norteada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, a Defensoria tem se tornado vital na proteção dos direitos da população paulista, mostrando-se incansável na defesa dos interesses dos mais necessitados e vulneráveis.

2. Por ser, antes de tudo, um agente político de transformação social, o defensor necessita ter boas condições para realizar seu trabalho e isso envolve remuneração salarial adequada e equiparada a outras categorias do setor, bem como representatividade proporcional ao tamanho e demandas da população de cada Estado. Por atuar com trabalho social há 16 anos, eu valorizo a ampliação de serviços públicos que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade social e esta será uma de minhas lutas no Senado, mas sempre preservando a utilização responsável dos recursos públicos, bem como o estudo dos prazos e forma adequados para quaisquer medidas.

3. Há alguns anos, os defensores recebiam salários inferiores ao de outras categorias da Justiça, mas isso está mudando e sou favorável a estas modificações. Acho justo que a remuneração dos defensores públicos seja equiparada a outros profissionais do sistema jurídico nacional.

4. Vou lutar pela preservação da família que é a base de toda sociedade e isso quer dizer que minha luta é pelo aumento de oportunidades, que, na minha opinião, é a melhor forma de mitigar as mazelas sociais e a marginalização. O incentivo à qualificação técnica, por exemplo, pode ter um papel fundamental na ampliação de oportunidades ao mercado de trabalho. Além disso, o fomento ao acesso à saúde e à educação gratuitas e de qualidade, faz-se fundamental a todos os cidadãos paulistas, principalmente, os de baixa renda.

No Senado, vou lutar, também, pela ampliação da escola integral e pela universalização do ensino básico e tudo isso envolve, essencialmente, a valorização dos professores alinhada à meritocracia. O foco em educação é um bom instrumento para minorar o abismo entre a escola e a faculdade para que, então, haja aumento de oportunidades para as pessoas de baixa renda.



Marlene Campos Machado - PTB



Senador Fláquer - PRTB

1. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo oferece auxílio gratuito às pessoas de baixa renda. Seja por meio dos próprios defensores públicos, de convênios que “forneçam” os advogados, como a OAB, ou mesmo ONG. Devemos reconhecer e parabenizar pelo serviço que prestam.

2. Sou candidato ao Senado porque tenho como objetivo defender o interesse dos cidadãos. Sendo assim tenho que explanar meu não contentamento com a pouca quantidade de Defensores Públicos que temos atualmente. Precisamos abrir concursos para novas vagas nesse setor. Essa é a primeira medida a ser tomada.

Claro que é necessário termos dinheiro para pagar os salários. Por este motivo, acredito ser essencial a criação do Banco do Estado, desta forma o dinheiro ficaria nas mãos de São Paulo e haveria verba para os novos gastos que teremos, para beneficiar a população.

3. Certamente não está correto que os Defensores Públicos percebam remuneração diversa. Queremos a equiparação salarial entre os

atores jurídicos.

4. Para erradicar a pobreza precisamos melhorar a educação, executar uma política de base. Precisamos que as pessoas que hoje possuem baixa renda possam ter um estudo digno. Possam entrar em faculdades públicas, para não deixarem de cursar o ensino superior por falta de dinheiro, e assim concorrer de maneira mais justa no mercado de trabalho. Cotas e Progressão Continuada não auxiliam em nada, pelo contrário, reduzem a qualidade do ensino. O “bolsa família” deve ser aproveitado na educação, as crianças precisam ter frequência na escola, para que sua família receba o auxílio.

Aí sim teríamos o começo para a erradicação da pobreza no Brasil. É preciso ter consciência que é uma política de média a longo prazo.

Adenor Silva (PV) é defensor público do Estado de São Paulo e concorre nestas eleições ao cargo de deputado estadual. Nascido no extremo oeste da Bahia, filho de lavradores, radicou-se em São Paulo ainda na adolescência. Trabalhou como auxiliar de embalagem numa metalúrgica, como bancário e como oficial judiciário. Formou-se em Direito no início da década de 1990 e ingressou na Procuradoria Geral do Estado, onde atuou na assistência judiciária no Tribunal do Júri. Com a criação da Defensoria Pública, em 2006, foi um dos 87 optantes que migraram da Procuradoria para fundar a nova instituição, atuando assim há 23 anos na defesa da população carente. Cursou pós-graduação latu sensu em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia e foi professor de Direito Penal.

Leia abaixo a entrevista concedida à Apadep sobre sua candidatura.



Adenor Silva - PV

O que o motivou a se candidatar ao cargo de deputado estadual? Quais são suas principais bandeiras e propostas?

O que me motivou ser candidato a um cargo político-eleitoral e, neste caso, a deputado estadual, foi a motivação de todos os concursos que já participei na vida: de prova, de títulos e – por que não? – eleitoral. A motivação principal é a da possibilidade de poder deliberar quanto às minhas concepções, oportunidade que os outros cargos não me oferecem.

Como sua trajetória na Defensoria Pública pode contribuir para uma atuação enquanto deputado estadual?

Ser defensor público é, em mínima análise, alguém que conhece o direito o suficiente para ocupar um dos seus cargos. Então, no “manejamento” do processo legislativo, imagino que ninguém melhor que o defensor público poderá entender e mobilizar o processo melhor do que ele.

Como pretende auxiliar, no Parlamento, o acesso à justiça pela população carente no Estado?

Primeiro, orientando, se alguém não souber; segundo, desorientando se al-

guém souber errado; terceiro, fomentando, dialogando e fazendo o que haja de ser para as pessoas – primeiro: conhecer a Defensoria, buscá-la etc. – audiências públicas etc.

Quais suas propostas concretas para o fortalecimento da Defensoria Pública paulista?

Iniciativa de leis. E, nas ações parlamentares, dialogar, cobrar, agir efetivamente junto ao poder executivo. Frente parlamentar da Defensoria – sem que eu discrimine – não outro, mas um DEFENSOR.

Como avalia o problema do número insuficiente de defensores públicos em São Paulo e como pretende contribuir para o cumprimento da recém aprovada Emenda Constitucional nº 80, de 2014 (que prevê que devem existir defensores públicos em todas as comarcas, em número proporcional a demanda, num prazo de oito anos)?

Então, nós que então éramos procuradores do Estado ao serviço da assistência judiciária, vivemos e lidamos com muitas situações de muita reivindicação e luta pela criação da Defensoria. E, a despeito de estar prevista na Constituição de 1988, somente foi criada e efeti-

vamente posta em prática em 2006. Então, o que nos garante que, somente por estar previsto o “optimum” em 8 anos, tê-lo-emos? Nada! Penso – e se estiver errado aceito a correção – que nossa Defensoria, tem que ter, efetivamente sua “longa manus” em todos os aspectos. Cada voto de um defensor pode representar o sinal de um reconhecimento daquele que nós atendemos. Passaremos a falar mais de igual com o igual. A própria Apadep, por sua assessoria política, tende a ganhar. E a própria seara público-político-eleitoral, cada vez mais tenderá a levar em conta a nossa presença e a pautar as questões de nossas causas, que são – e sempre serão – a das causas de nossos assistidos.

Quais são as medidas concretas que o senhor candidato pretende adotar, caso eleito, para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais?

No âmbito estadual, tenho consciência que a abrangência legislativa é muito limitada. Mas, de todo modo, ERRADICAR A POBREZA (como é a pergunta) é muita pretensão. Mas, em sentido geral, o foco é a CRIANÇA, A CRIANÇA, A CRIANÇA. Para, pelo menos, depois de daqui a 16 anos, tenhamos um resultado. E que resultado?



Leia as entrevistas também no site da Apadep

www.apadep.org.br



Compromisso com a valorização da carreira marca solenidade de posse da nova **Diretoria e Conselho da Apadep – Biênio 2014-2016**

A Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) realizou no dia 22 de agosto a solenidade de posse de sua nova Diretoria e Conselho, eleitos para o Biênio 2014-2016. Prestigiada por autoridades, membros da sociedade civil e defensores públicos de todo o Estado, a cerimônia aconteceu no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo e foi seguida por um coquetel.

Em seu discurso, a nova presidente da entidade, Franciane de Fátima Marques, reforçou o compromisso de sua gestão com a defesa dos direitos sociais e trabalhadores dos Defensores Públicos e com a valorização da carreira. “Defenderemos internamente os direitos fundamentais dos defensores públicos contra os eventuais excessos e omissões do Estado, na mesma intensidade e do mesmo modo

que os defensores públicos, externamente, defendem os cidadãos que batem a nossa porta”, disse.

A defensora pública afirmou ainda seu comprometimento com a opinião dos associados, prometeu estabelecer uma relação de diálogo com a Defensoria Pública Geral, a Ouvidoria Geral e o Executivo e ressaltou a missão constitucional do Defensor Público na defesa dos mais necessitados.

“Sustentaremos, também, o absoluto respeito às prerrogativas inerentes ao cargo e à instituição que representamos, pois temos convicção de que não são privilégios outorgados para nosso mero deleite, mas sim instrumentais para o desenvolvimento pleno do mister constitucional que assumimos. Garantias e prerrogativas são intransigíveis, porque não nos pertencem! Pertencem, sim, ao cargo e ao povo, como armas indispensáveis para a consecução da nossa missão sonhada pela Constituinte”. Franciane Marques, presidente da Apadep.

Defensor público de SP é premiado por atuação em Direitos Humanos e recebe homenagem da Apadep



O defensor público paulista Carlos Weis foi homenageado pela sua atuação destacada no fortalecimento dos direitos humanos durante a abertura do Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos (CBIDH), realizada em setembro. O defensor ainda foi o responsável pela

primeira conferência do dia, com o tema “Sistema Interamericano de Direitos Humanos: a Comissão”.

Ele também foi prestigiado pela Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep) em função de sua premiação, recebendo uma placa de homenagem na sede da Associação.

Para Carlos Weis, o prêmio é resultado de um trabalho coletivo pela promoção, difusão e defesa dos direitos humanos, como membro da Defensoria Pública. “Talvez sob influência da resignificação dos objetivos institucionais, gerada quando da criação da

Defensoria Pública de São Paulo, o fato é que a atuação em prol dos direitos humanos foi amplamente reconhecida pelos colegas como a identidade da atuação defensorial, seja em âmbito individual, o mesmo em relação aos direitos difusos e coletivos”, avalia o defensor.

O defensor cita também a recente promulgação da Emenda Constitucional 80/2014 como um instrumento para a efetividade da promoção dos direitos humanos. “Esta, por sua vez, consagrou, definitivamente, a incumbência fundamental de promoção dos direitos humanos pela Defensoria Pública”.

Franciane Marques
presidente da Apadep